

3. Jacarezinho: um cenário e um palco de muitas transformações e muitas permanências

O desenho espacial de uma cidade está diretamente vinculado aos mecanismos gerais de seu desenvolvimento. Nesta perspectiva, a compreensão do processo de consolidação da favela do Jacarezinho e da cidade do Rio de Janeiro está relacionada, na medida em que ambos criaram e transformaram suas formas espaciais, as disposições dos traços arquitetônicos ou urbanísticos traduzindo-os por meio de lutas e conflitos entre as estratégias dos diferentes grupos que compõem o mosaico de uma dada realidade contexto. Em outras palavras, as formas urbanas representam manifestações espaciais e simbólicas de forças sociais vastas. Neste capítulo apresentaremos um pouco da história da favela com a finalidade de mostrar que a natureza do quadro espacial urbano, por ser construída, não é fruto apenas de atividades realizadas por pessoas e agentes economicamente fortes, com maior poder aquisitivo, mas, sim resultante da luta de grupos não privilegiados que buscam desde longas datas alcançarem melhorias nas suas condições de vida.

3.1. Jacarezinho: uma cidade dentro da cidade, mas, a favela virou bairro?

Localizada na Zona Norte da região suburbana da cidade do Rio de Janeiro tendo como áreas limítrofes os bairros do Jacaré, Maria da Graça, Benfica e Manguinhos. Conforme dados do IBGE 2000, a favela do Jacarezinho ocupava uma área de 353.735 m², cerca de 32.068 mil habitantes residentes em 9.358 mil por domicílio (uma média de 3,43% moradores por residência), seu relevo é em grande parte plano, possuindo ainda algumas áreas com elevação, caracterizando um grande espaço territorial.

Pertencente à XXVIII Região Administrativa - RA e à Área de Planejamento AP3. Além disso, demonstra como peculiaridade o fato de ocupar uma área de elevação e outra de baixada, dividida em sete setores: Beira-Rio; Fundão; Azul; Cajueiro; Cruzeiro; Fazenda Velha; Vieira Fazenda divisão feita de fato pelos moradores, que serviu de suporte para reconhecimento e delimitação do projeto de

intervenção urbanístico pelos técnicos da Coordenadoria de Programação e Projetos da Secretaria Municipal de Habitação - SMH nas intervenções no âmbito do Programa Favela-Bairro. Estes setores apresentam as seguintes características:

1) Beira-Rio – se caracterizava como o setor mais desvalorizado da comunidade até a realização da canalização do rio Jacaré. A maioria das habitações era de palafitas, mas depois de realizadas as obras de canalização os moradores do lugar realizaram melhorias nas suas habitações, porém, os problemas com a ventilação e iluminação deste setor permaneceram. Área de forte atuação do tráfico de drogas, que realiza o comércio nas novas avenidas, e da ação policial que se infiltra com maior facilidade pelos estreitos becos.

2) Fundão - caracterizado como a área mais alagada da comunidade, e mesmo após as obras de canalização, as cheias periódicas permaneceram, devido à má execução do sistema de drenagem do canal. Neste setor a infra-estrutura esta comprometida, e as casas apresentam um padrão construtivo mais baixo, embora tenha sido identificado um processo de melhoria e de verticalização das unidades.

3) Azul - a parte mais alta da comunidade, e definida como tradicional e tranquila, com fortes laços de vizinhança entre os moradores. A característica local mais evidente observada foi a dificuldade de acesso dos becos internos e o uso basicamente residencial, existindo apenas algumas vendinhas e biroskas nas vias principais. Foi observada a carência de vias de serviço de infraestrutura.

4) Cajueiro - foi caracterizado como uma área intermediária com uso residencial e comercial e relativamente urbanizada, com intensa circulação de pedestres devido ao expressivo uso comercial.

5) Cruzeiro - área central da comunidade e bastante valorizada e o local onde se passa boa parte da vida social da favela. É considerada uma das áreas mais tradicionais da comunidade, com muitas casas de bom padrão construtivo típicas do bairro formal. O comércio é bem diversificado, e ali se localizam as sedes da

Associação de Moradores, da fundação Leão XIII e o Clube do "Mosquito". As casas apresentam bom padrão construtivo e são atendidas por redes de água e esgoto.

6) Fazenda Velha – pertence ao setor Cruzeiro e está localizado no trecho onde existia a antiga sede da fazenda que ocupava a área da favela, e se constitui numa referência para todos os moradores.

7) Vieira Fazenda - e o setor interno mais desenvolvido comercialmente, atraindo moradores de fora, e também o mais verticalizado e adensado. Apresenta um intenso fluxo de pedestres que se dirigem também a estação de trens de Vieira Fazenda, interna a comunidade.

O eixo viário principal que atravessa a favela no sentido longitudinal é conformado pelas ruas Comendador Gracindo de Sá, Amaro Rangel, Darcy Vargas e Esperança. Desse eixo partem vias secundárias que levam às travessas e becos que compõem a estrutura viária da favela. As ruas secundárias, além de algumas travessas, também permitem o tráfego de veículos, mas sua largura reduzida dificulta o tráfego de caminhões. As vias possuem nomes e a maioria tem placas indicativas e os domicílios são numerados, porém desordenados.

Segundo relatos de moradores e informações contidas em documentos encontrados na Associação de Moradores local, a favela do Jacarezinho surge aproximadamente na década de 20, antes existiam no local alguns casebres e uma chácara (fazenda velha) que no passado cultivava lavouras de legumes, hortaliças e frutas. A história de ocupação do Jacarezinho nos remete também à conjuntura dos anos 40 e não difere do processo de formação de várias outras comunidades da cidade do Rio de Janeiro, desde o século XIX.

Os moradores que residiam na favela no período de seu surgimento não foram considerados pelo Estado como favelados, mas, como invasores de terras. O perfil operário da favela veio com a construção no local do conjunto habitacional da Rede Ferroviária que foi sofrendo um processo histórico de favelização.

O loteamento das terras pela venda das fazendas, as ruas abertas beneficiadas com serviços de água e luz favoreceram a urbanização da área que, tornou-se para a

população proletária seduzida pelas terras desocupadas, pelo transporte ferroviário, pelas reformas urbanas do período e, ainda, pelo elevado número de empregos gerados na região um atrativo. Mas, devido às dificuldades econômicas e a ausência de moradia condizente a média da renda familiar, o entorno se apresentou como uma única alternativa viável de moradia para as pessoas que necessitavam garantir a redução de custos com o transporte e manter a proximidade entre a família e o local de trabalho.

A favela do Jacarezinho caracterizou-se pelo processo de ocupação gradativa com mais de 60 anos de história apresentando um alto grau de desenvolvimento e consolidação na década de 1950. Em 1961, Carlos Lacerda assume o governo do Estado da Guanabara. A frente do seu governo vai estimular o desenvolvimento urbano e industrial do Estado. Carlos Lacerda promove a ida de várias indústrias para o bairro do Jacaré, criando o complexo industrial do Jacaré.

O aumento populacional da favela foi impulsionado pelo processo de industrialização (General Electric-GE, Fábrica de tecidos Nova América e outras) do bairro Jacaré e suas imediações, entre os moradores, havia um grande número de migrantes da região Nordeste (61,9%), sobretudo dos estados do Ceará, Paraíba, Bahia, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

A expansão da comunidade se deu de forma vertical uma vez que a favela estava totalmente ocupada e seus limites bastante definidos, não permitindo a expansão horizontal. Na área de maior concentração populacional foram encontradas casas de dois ou três pavimentos, e unidades de uso misto que apresentavam comércio no térreo e uso residencial nos demais pavimentos.

O fato da região em que está localizado o Jacarezinho nos anos 80 ter sediado o Segundo Pólo Industrial do Estado¹ conferiu a favela um perfil de bairro operário e uma característica bastante peculiar em relação a outras favelas, apesar da existência de setores menos favorecidos e marginalizados. Foi dentro deste contexto que um conjunto de pequenas favelas do entorno deu origem ao chamado Complexo do

¹ No relatório elaborado pela equipe do Programa Favela-Bairro em novembro de 1999, esta área é apontada como espaço de grande concentração industrial.

Jacarezinho, formados pelas favelas: Pica Pau Amarelo, Carlos Drummond de Andrade², Vila Jandira (Favela da Xuxa)³, Morrinho, Dois de Maio⁴, Malvinas (Álvares de Azevedo número 70)⁵.

As favelas que compõem o complexo do Jacarezinho apresentam uma série de características diferenciadas, como por exemplo: número de habitantes, localização territorial, precariedade habitacional, infra-estrutura urbana e realidade sócio-econômica. Mas, todas elas têm como denominador comum condições de vida mais precárias em comparação ao Jacarezinho.

A centralidade das ações do poder público, segundo diversos representantes destas comunidades, encontra-se voltada para o Jacarezinho ficando as outras comunidades integrantes do Complexo desprovidas de melhorias. Neste contexto, existe um esforço conjunto que visa à conformação de uma “liga” integrada pelas Associações de Moradores das favelas do complexo com apoio do Centro Cultural do Jacarezinho.

Diferentes documentos do Programa Favela Bairro destacam que o Jacarezinho é uma grande favela com características, tamanho e população de bairro, e importância de bairro pelo seu comércio interno e Administração Regional. Em 24 de março de 1987, após eleições para Administrador da RA, a comunidade do Jacarezinho ganhou a condição de “não ser mais favela” e baseada na Lei número 881 de 11 de julho de 1986 e aprovado Decreto 6011, de 4 de agosto de 1986, foi criada a XXVIII – RA do Jacarezinho que faz parte da AP 3.

Confinado entre o Rio Jacaré, a estrada de ferro e os altos muros da fábrica da GE, a favela do Jacarezinho estruturou-se entre becos e vielas, que serpenteiam os casarios entrelaçados em estruturas que desafiam a criatividade da arquitetura. Há

² O Censo Demográfico do Brasil IBGE - 1991 registra nesta comunidade uma população total de 297 distribuída num total de 76 domicílios. No ano de 1996, conforme o Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro 95-97 - Aspectos Sociodemográficos na Tabela intitulada Domicílios e População residente de favelas - 1996 estes números ascendem para 494 e 132 respectivamente.

³ O Censo Demográfico do Brasil IBGE - 1991 registra nesta comunidade uma população total de 199 e um total de 60 domicílios ocupados.

⁴ Esta favela apesar de ser distante do Jacarezinho foi a primeira a ser conformada resultante do “estrangulamento” do Jacarezinho. O Censo Demográfico do Brasil IBGE - 1991 registra nesta comunidade uma população total de 2.813 e 661 domicílios ocupados.

⁵ Esta é a favela mais recente, é distante, mas apresenta as mesmas características da favela 2 de Maio enquanto a origem dos seus moradores.

soluções de espaço simplesmente geniais, que conformam pequenos bairros, numa multiplicação de culturas negras e nordestinas (somadas às dos imigrantes estrangeiros), interagindo de forma dialética como as cidades típicas



Figura 2. Foto aérea da favela do Jacarezinho fornecida pela SMH

A favela do Jacarezinho durante muito tempo serviu de área residencial para um número representativo de operários que deram sustentabilidade ao desenvolvimento das indústrias que se instalaram na cidade durante as décadas de 30 e 40, período em que se consolidou o processo de urbanização e industrialização no estado do Rio de Janeiro. O Jacarezinho compunha um conjunto de favelas que forneciam a maior parte da mão-de-obra ofertada para indústrias, para as fábricas em seu entorno, em especial, a General Electric, para o comércio e também para os setores de serviços presentes na área central da cidade.

No final dos anos 60, seus bairros circundantes eram um celeiro de marceneiros, principalmente estrangeiros, que contratavam a mão-de-obra da favela

para a fabricação de móveis sofisticados e modernos. O seu crescimento demonstrou que a expansão industrial na região, o modelo, os efeitos e as transformações econômicas por ele provocadas interferiram na vida do conjunto de pessoas que residem não só na favela, mas em toda cidade do Rio de Janeiro, uma vez que, já na década de 1940, grandes empresas, como a General Eletric (GE), ocupavam a região e empregavam mais da metade dos moradores do Jacarezinho.

As indústrias que no passado impulsionaram fortes migrações foram desativadas ao longo do tempo. As que permaneceram revelaram-se incapazes de absorver a mão-de-obra local. A Pesquisa Sócio-Econômica em Comunidades de Baixa Renda, realizada em 1999, pela SCIENC, Instituto ligado à Escola Nacional de Ciências Estatística – ENCE/IBGE revelou que 49,6% dos moradores da comunidade de 10 anos ou mais de idade trabalhavam no ramo de serviços, 21,6% na indústria, 16,4% no comércio, 5,6% na construção civil e 3,8% no transporte⁶.

A pesquisa supracitada informa também que em março de 1999 aproximadamente 23,3% da população economicamente ativa do Jacarezinho recebiam salários inferiores a um salário mínimo. A taxa de desemprego estava avaliada em 12,5% e a maioria da população residente na comunidade tinha renda mensal entre um e três salários mínimos. Na ocasião, o Jacarezinho possuía 11.319 famílias, sendo que 32,4% das mesmas eram chefiadas por mulheres.

Mas, as mudanças relativas à redução da oferta de trabalho na favela do Jacarezinho não podem ser analisadas apartadas das transformações ocorridas no mundo do trabalho, uma vez que as questões evidenciadas no processo histórico do Jacarezinho não constituem uma realidade isolada. Lúcio Kowarick (1983), ao investigar a formação do espaço urbano e sua ligação com as relações de trabalho na cidade de São Paulo, afirma que, nos anos 60 e 70, a estrutura criada por determinadas cidades, principalmente grandes capitais como Rio de Janeiro e São Paulo, já indicavam que apenas um pequeno percentual da mão-de-obra local seria absorvido pelo mercado de trabalho formal.

⁶ Pesquisa desenvolvida pela Escola Nacional de Ciências Estatística ENCE/IBGE no âmbito do Programa de Desenvolvimento Local.

Para Kowarick, a forma em que estavam sendo ocupadas às grandes capitais, contribuía para a concentração de uma grande quantidade de mão-de-obra disponível, o que poderia ocasionar no futuro um inchaço que, sem dúvidas, favoreceria a enorme contenção salarial e, conseqüentemente, redução considerável do valor da força de trabalho.

A maioria dos trabalhadores demitidos ao longo da década de 1990 está hoje desempregada ou subempregada e aqueles que montaram uma pequena empresa, em sua maioria, tiveram que fechar as portas. Outro elemento também importante para a análise das mudanças relativas à redução da oferta de trabalho na favela do Jacarezinho foi o baixo nível de qualificação profissional de uma parte representativa dos moradores.

Um dos problemas enfrentados atualmente pelo bairro é a falta de infraestrutura e de segurança nas suas principais vias de acesso; uma delas, Buraco do Lacerda, vive constantemente inundada, tendo dias que nem ônibus passam pelo local. Outra via de acesso ao bairro, o túnel Noel Rosa, é um local de freqüentes assaltos. Por fim, a via de acesso mais utilizada no bairro, a Linha Amarela, é cercada por favelas e é palco de constantes cenas de violência - tiroteios entre polícia e criminosos são outra constante no bairro, fazendo vítimas principalmente entre moradores.

A questão da violência no Rio de Janeiro é associada ao tráfico de drogas, que segundo SOUZA (2000) utiliza-se dos espaços favelados como base de apoio logístico que são gerenciadas por quadrilhas bem estruturadas e muito bem equipadas com armamentos pesados (p. 50, 51). A violência associada às disputas pelo controle do território (SOUZA, 2005) favelado, a venda de drogas a varejo por facções criminosas e a presença do Estado através da força policial para conter o avanço do tráfico, gera uma instabilidade que debilita a população, o comércio local e as empresas que atuam da região.

Em alguns setores a reestruturação produtiva provoca a perda da figura do profissional que domina todo o processo produtivo. As conseqüências desse fenômeno são graves e variadas, considerando seus impactos no bairro. Segundo um entrevistado, "*tem certos trabalhadores do passado que hoje são marginais, porque o*

tráfico hoje dá condição de ganhar muito mais do que eles ganhavam como empregados". O que faz esse ex-operário se envolver com o tráfico não é apenas o fato de ele ganhar melhor, a principal questão é a falta de emprego.

Na compreensão de GOMES (2008), não podemos associar diretamente o fenômeno da violência ligada ao tráfico de drogas e o afugentamento das empresas da área da favela do Jacarezinho, o autor explicita que por muito tempo os dois conviveram no mesmo espaço, baseado nos trabalhos de SILVA (2005) e MISSA (1999) que referenciam a venda de drogas nas favelas cariocas desde a década de 1930. Para o autor a associação entre violência e tráfico de drogas não é correta. E aponta que o problema encontra-se da ausência do Estado. Para corroborar essa idéia ele compara o tráfico de drogas em dois pontos distintos de Copacabana, bairro da Zona Sul carioca. Em um – próximo a ladeira dos Tabajaras onde a presença do Estado é menor, a violência se dá com mais intensidade – tiroteios constantes e mortes – e outro na Avenida Atlântica, apesar do tráfico os índices de violência são menores em face da atuação do Estado.

A pobreza e a segregação residencial podem ser apontadas como responsáveis pelos índices de violência (SOUZA, 2003). Para o autor esses dois fatores reforçam as estratégias ilegais de sobrevivência. Assim, as favelas passam a ser controladas por quadrilhas de traficantes de drogas que ao intimidar os moradores impõem regras de uso do espaço. Em consequência, tornou-se inevitável a saída das indústrias que funcionavam na região no momento em que outros grupos apropriaram-se das favelas aplicando suas formas de manutenção do poder.

Este êxodo industrial gerou um total desinteresse por essa área e certa descrença em um futuro desenvolvimento. O abandono do local pelo poder público e privado provocou uma ocupação não planejada por parte de atores diversos: moradores ou instituições como igrejas, associações, etc.

Assim, a favela do Jacarezinho surgiu nessa área como consequência da expansão industrial na região e foi à própria favela, pelo menos em parte, quem ajudou a expulsar as indústrias da área. Os crescentes índices de violência atrelados à presença organizada das quadrilhas de tráfico de drogas formaram um aparato que, se não foi decisório, pesou bastante na evasão das indústrias. E se sua função inicial era

ceder mão-de-obra para as indústrias, conforme demonstrado na Jacarezinho perde esta função pelo próprio esvaziamento industrial do entorno desta.

Abramo (2003) afirma, o complexo do Jacarezinho possui uma estrutura comercial e mercado imobiliário compatíveis com o modelo de uma cidade média em nosso país. São 58 mil habitantes, 17.200 domicílios distribuídos em uma área de 350 mil metros quadrados, na região norte do Estado, numa área próxima à estação do metrô, do trem suburbano e servida por dezenas de linhas de ônibus.

Dentro da favela do Jacarezinho, a pesquisa identificou 934 estabelecimentos, unidades produtivas registradas ou não. Deste total, 742 operam de forma cotidiana em horário comercial. A pesquisa do IPPUR confirmou estudos realizados em outras áreas, que as favelas também têm um conjunto de imóveis destinados às atividades produtivas.

3.2.

Jacaré parado vira bolsa: uma história de luta muito interessante.

Em 1938 ocorreu uma grande ação policial voltada para a remoção da população, numa tentativa de fazer cumprir a legislação do código de obras. Como consequência foi formado o movimento em defesa da moradia com cerca de 200 pessoas.

A década de 1940 foi marcada pela luta dos moradores para garantir o “direito de moradia” e de “posse da terra”. A partir de 1941 se produziu o adensamento da área e valorização das terras da favela do Jacarezinho. Surge no cenário à figura de Mário Almeida, português que reclamou o direito de propriedade das terras.

Com a doação por Darcy Vargas das terras para os moradores, iniciou-se o período de “ocupação consentida”: as famílias obtinham uma autorização para se estabelecerem no Jacarezinho e recebiam lotes demarcados, transação sem respaldo jurídico. Posteriormente, com a deposição de Vargas voltaram às tentativas de despejo. As propostas giravam entorno da polêmica “remoção” ou “urbanização”, os moradores contavam com o apoio da General Eletric que nesse momento já empregava mais da metade dos moradores da favela;

- 1946: acordo da Prefeitura com a Igreja Católica, criação da Fundação Leão XIII, proposta de urbanizar as favelas, recuperar seus moradores e conter a infiltração comunista;

- dez. 1947: se inicia o trabalho da Igreja Católica no Jacarezinho;

- 1949-1961: fase de implantação dos serviços comunitários ligados à Igreja caracteriza-se nesse momento a articulação da Igreja com a Fundação Leão XIII;

- anos 50: se caracterizam pelo esforço coletivo de melhorias das condições habitacionais;

- anos 60: programa de remoção de favelas, 80 favelas foram removidas em 12 anos, Jacarezinho não foi atingido por causa da sua localização, tamanho e grau de organização dos seus moradores;

- 63-65: alvo de um dos poucos planos de urbanização da administração Lacerda;

- 1964: nascimento da escola Alberto Monteiro de Carvalho;

- 65-70: fase de reestruturação e consolidação da comunidade;

- 1966: fundação da Associação de Moradores de Jacarezinho;

- 1970: fase de efetivação das obras comunitárias e educacionais, obras do Padre Nelson, obras profissionais e sociais Santa Rita de Cássia, instituto educacional dos salesianos Dom Bosco. Em 1974 a escola é formalizada pelo MEC, passa a oferecer não só curso de 1 grau regular e supletivo, também cursos profissionalizantes (corte e costura, marcenaria, mecânica, eletricidade e eletrônica);

- Década 60-70: a Igreja impediu a remoção de diversas favelas. Foi criado o Plano Pastoral de Favelas, apoio da Igreja para a organização da FAFERJ.

- Em 1980 se ampliam as formas de reivindicações provocadas pela abertura política (fortalecimento das associações de moradores). As associações de moradores passam a ter papéis não só reivindicativos, mas também administrativos;

- No governo de Brizola projeto de mutirão para saneamento;

- Obra mais recente: canalização do Rio Jacaré em 1994;

- 570 famílias foram retiradas das margens dos rios e assentadas nos Conjuntos Habitacionais Nelson Mandela e Samora Machel (Benfica);

A partir de 1964, a luta comunitária e sindical sofre um abalo com o golpe militar, que traz uma limitação da liberdade de organização. Mas a luta continua mesmo que na clandestinidade. No Jacarezinho, os principais líderes se afastam da direção da associação de moradores e só vão voltar a partir de meados da década de 1970.

Na década de 1970, o Jacarezinho já era uma grande favela e na falta da presença do Estado, a associação de moradores fazia o seu papel, calçando e iluminando ruas. *"Ao invés da prefeitura fazer, a gente era que fazia, o que era errado do ponto de vista político"*.

Para os integrantes do PCB, a filosofia política entenderia como certo o fortalecimento do Estado para que este realizasse os melhoramentos dos quais a sociedade necessitava. Porém, as melhorias que o Jacarezinho necessitava eram urgentes demais para se esperar uma transformação maior da sociedade.

Já na década de 1990, quando se acentua o processo de falências e desemprego no bairro, esse grupo ligado ao PCB já não está mais participando da associação de moradores, apesar de ainda estar no movimento comunitário por vias alternativas. Hoje a associação de moradores do Jacarezinho não representa mais o interesse da comunidade.

Seja pelo afastamento do movimento comunitário e do próprio PCB, o processo de desemprego que assola o bairro parece não ser muito discutido por esse grupo que teve uma intensa participação política nas décadas anteriores.

Num primeiro momento da crise que levou à falência das indústrias e a um considerável número de trabalhadores dispensados, sem receber seus direitos trabalhistas, quem os apoiou foi o crime organizado.

Muitas indústrias faliram e não pagaram indenização aos seus funcionários. Uma saída para eles foi a invasão das fábricas e apropriação de máquinas de valor. O que ficou na memória, seja do ex-trabalhador seja do morador do bairro, foi que as invasões foram uma forma legítima de indenização, dada a perspectiva de não pagamento dos direitos trabalhistas.

Segundo o relato de uma moradora do Jacarezinho e cunhada de um ex-trabalhador demitido sem receber os direitos trabalhistas, essas invasões foram feitas

com a ajuda do crime organizado, "o pessoal (os traficantes) foram os únicos que nos ajudaram". Seu cunhado esta até hoje sem trabalhar, sofrendo de uma doença em consequência do trabalho na indústria química.

Na memória das pessoas que se beneficiaram com essa apropriação, os traficantes fizeram o papel do Estado, garantindo os direitos dos trabalhadores. Em comunidades como Jacarezinho, a presença do Estado é praticamente nula. Apesar da violência gerada pelo tráfico de drogas, o traficante é um referencial para a ajuda dos moradores. Ainda segundo o relato dessa moradora, a saída das indústrias do bairro se deve à crise econômica, mas também ao crescimento da violência no bairro. Segundo ela, empresários eram seqüestrados com relativa frequência e fábricas como a Company tinham seus carregamentos de roupas constantemente roubados.

As invasões das indústrias não foram feitas apenas para a apropriação de máquinas, também houve invasões com o intuito de fazer os terrenos das indústrias de moradia. A primeira medida para a ocupação dos galpões abandonados era a retirada das telhas. Isso era feito para impedir que outras empresas ocupassem os galpões, permitindo então a fixação de moradores. A ocupação desses galpões foi feita por pessoas que não estavam inseridas na dinâmica econômica gerada pelo complexo industrial, mas também foi feita por ex-trabalhadores que pagavam aluguel e passaram a não ter mais condição de fazê-lo.

A partir da análise do que foi o movimento operário, tanto para a participação nas fábricas quanto para a participação no movimento comunitário, podemos partir para a análise das repercussões do processo de falência das indústrias e do desemprego para os trabalhadores e para o bairro.

Realizamos um esforço em identificar o problema e analisar amplamente seus efeitos e causas na mobilidade social dos sujeitos de nossa pesquisa. É, justamente, neste ponto que a escuta qualificada da história e a revisão bibliográfica de estudos já realizados seja em favela ou em outros campos do PVNC afirmaram a relevância do estudo das trajetórias de vida de estudantes oriundos de espaços e grupos estigmatizados.

Sentimos aqui a necessidade de estender um fio condutor entre a bandeira de luta estabelecida pelo movimento interno articulado pelos moradores em questão e

com a luta que marca historicamente a favela do Jacarezinho. Pois, para entender a relação da identidade local e com a negação das favelas e de seus moradores refletimos ser necessário pensar a reconstituição deste cenário que remontando uma luta histórica pouco contada que mostra o outro lado da face da favela do Jacarezinho não revelada.

3.3. A história do PVNC Núcleo Jacarezinho

A participação dos moradores da favela do Jacarezinho no Movimento de Pré-Vestibulares Para Negros e Carentes - PVNC aconteceu através da articulação das ações do Programa de Desenvolvimento Local - PDEL propostas no âmbito dos Fóruns de Desenvolvimento Econômico Local⁷, realizados nas comunidades sob intervenção do Programa Favela Bairro. As primeiras ações fruto do debate entre intuições e lideranças, moderado pelos técnicos do PDEL, indicavam três eixos para intervenções: educação, saúde e mobilização comunitária.

As lideranças reunidas no Fórum de Desenvolvimento Econômico Local da favela do Jacarezinho, instalado em julho de 1999 perdurando por todo o semestre do mesmo ano, colocaram como um dos pontos prioritários para serem debatidos em reunião extraordinária do Fórum - a organização de um Pré-Vestibular Popular. Para eles a inserção dos jovens da favela na universidade fortaleceria a luta que vinham sendo travando desde longas datas para o reconhecimento da favela como parte da cidade, ao mesmo tempo, em que instrumentalizaria os moradores para a produção de um contra-discurso que invalidasse os estereótipos negativos que fazem parte da vida cotidiana dos moradores de favela desde as suas origens.

Os olhares negativos direcionados às favelas na opinião das lideranças reunidas no Fórum têm funcionava apenas como empecilho ao processo de inserção de moradores do lugar nos mais diversos campos da vida social. Para eles, o acesso à educação, à saúde, aos meios culturais e em especial ao mercado de trabalho,

⁷ Proposto pela SMTb e pelo SERE, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Econômico Local, os fóruns que aconteceram na favela do Jacarezinho constituíram um espaço de articulação entre as lideranças locais e os atores políticos e institucionais que já atuavam no interior da comunidade.

considerando que estes elementos são partes fundamentais para aqueles que buscam ascensão social de forma lícita permanece igualmente prejudicado e em alguns casos até inviabilizados pelo processo de marginalização que acometem os moradores de favela.

As dificuldades mencionadas permearam todo processo de discussão de organização do Pré-Vestibular Popular. Mas era preciso definir uma alternativa viável para os jovens moradores da comunidade considerando que, nas estatísticas da violência eles são os mais vulneráveis.

A proposta apresentada pelos moradores provocou tensas discussões no interior da comunidade. A primeira delas se referia à: qual seria a “identidade” de um trabalho comunitário, constituído a partir da ação de múltiplas identidades institucionais?

Como saída o grupo de moradores que estava à frente da proposta de instalação do curso contatou algumas instituições que já desenvolviam experiências de Pré-Vestibular Popular. Os convites foram direcionados ao Movimento de Pré-Vestibular para Negros e Carentes – PVNC e a ONG Educação e Cidadania Para Afro-Descendentes – EDUCAFRO. Posteriormente, foram também convidados pelos técnicos da Secretaria Municipal de Habitação, integrantes do fórum do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – CEASM.

No mês de janeiro de 2000 a comunidade recebeu a visita de representantes das instituições mencionadas e após ouvi-los não houve consenso sobre a escolha entre uma das propostas. Mas, diante da ausência de consenso o grupo optou em trabalhar com o PVNC devido à garantia de manutenção da autonomia do grupo presente na proposta e da possibilidade de trabalhar mesmo com ausência de recursos financeiros.

Cientes de que a estruturação do núcleo do PVNC na comunidade dependeria, sobretudo, de uma intensa mobilização de professores “voluntários”, para a criação de uma equipe e consolidação de uma rede de contatos articulados nas diferentes universidades, os moradores decidiram assumir o desafio. A partir de então, entraram em contato direto com os diferentes núcleos do próprio PVNC e até mesmo com

moradores da própria localidade e de seu entorno, visando encontrar pessoas que, preferencialmente, já tivessem obtido diploma de curso de nível superior, ou ainda pessoas com experiência no campo da docência, que se disponibilizasse a compor o quadro de professores assumindo uma das disciplinas do curso.

A opção pelo PVNC dividiu o grupo já no início da estruturação do trabalho, pois havia interesses conflitantes em jogo. Isto porque, a ação do Pré-Vestibular envolvia necessariamente um grande contingente de moradores da comunidade, o que na percepção de alguns participantes do fórum, sobretudo, aquelas com claros interesses políticos, representava um importante meio de projeção política no local, nas entrelinhas, a experiência poderia servir como um importante “curral eleitoral”.

Os organizadores do PVNC Jacarezinho após uma tensa e exaustiva discussão definiram que a participação nas reuniões de organização do Pré-Vestibular seria aberta, mas as pessoas interessadas em apoiar a ação não estariam representando seus partidos políticos ou instituições, sejam elas de natureza pública ou privada. A posição assumida pelas lideranças locais à frente da organização do pré-vestibular impediu qualquer ação clientelista que ferisse os interesses comunitários.

No processo de organização da experiência do núcleo do PVNC Jacarezinho a existência de uma verba prevista para a organização de pré-vestibulares em comunidades que estavam sob intervenção do Programa Favela-Bairro⁸, sendo o Jacarezinho uma das favelas que poderiam se beneficiar dela. Em função desta possibilidade de recursos, houve pressão por parte da Associação dos Moradores, dos técnicos das Secretarias Municipais de Habitação e do Trabalho – SMH e SMTb – para que a experiência fosse desenvolvida nos “moldes” da experiência do CEASM este formato facilitaria o recebimento futuro de recursos financeiros.

Após a decisão tomada pelos moradores à frente da organização do pré-vestibular, a persistente pressão exercida, sobretudo, por parte de alguns técnicos da PCRJ e pelo presidente da associação de moradores, confirmou que, por atrás desta

⁸ O Programa FAVELA BAIRRO EM GRANDES FAVELAS executado pela Secretaria Municipal de Habitação desde 1997, prevê a urbanização de comunidades de grande porte, que abrangem populações de baixa renda e possuem acima de 2.500 domicílios. É realizado por meio de parceria com a Caixa Econômica Federal – Programa PRÓ-MORADIA – com uma contrapartida da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Abrange, dentre outras favelas, a do Jacarezinho.

investida estava à evidente disputa política pelo “controle democrático do Estado” sobre as ações comunitárias. Logo, considerando que, o esgotamento ou a indisponibilidade do possível recurso, colocaria a ação do grupo em uma situação de fragilidade, tendo em vista que, esta verba estaria dentro de um programa instável, os moradores decidiram abrir mão deste provável financiamento.

Uma vez tomada à decisão o grupo passou a seguir as orientações propostas pelo PVNC de não aceitar qualquer tipo de financiamento em dinheiro, o que não inviabilizaria o recebimento de contribuições de materiais tais como: mobiliários, computadores e demais equipamentos de apoio, desde que não estivessem atrelados ao comprometimento político e, ou a outros interesses individuais que viessem a ferir a integridade e autonomia do trabalho.

Outra orientação dada pelo movimento do PVNC é que a estrutura a ser organizada deveria ser auto-sustentável, contando especialmente com a colaboração de uma cota mensal que variava entre 5% e 10% do salário mínimo vigente. Esta cota, ofertada pelos participantes do curso, serviria para manutenção de uma infraestrutura mínima para o funcionamento do trabalho.

As discussões acerca da organização da experiência do núcleo PVNC Jacarezinho causaram vários desgastes ao grupo em construção. Tal conflito resultou na perda de algumas pessoas-chave para a estruturação da experiência. As moradoras da comunidade que prestavam serviços para a PCRJ que, segundo informações obtidas pelas próprias, foram pressionadas a sair do processo coletivo e orientadas a montar outra estrutura similar que pudesse captar recursos externos.

Face ao ocorrido uma significativa redução do quadro de moradores que, com a saída de alguns membros, fruto da primeira cisão do grupo de articuladores do pré-vestibular no local ficou ainda mais fragilizados. Porém, este acontecimento não conseguiu tirar o fôlego daqueles que permaneceram na luta pela organização do PVNC local, pois sabiam da importância da criação de um meio que viabilizasse um melhor acesso a educação superior e da formação de quadros internos que pudesse contar e construir outra história da favela, ou seja, através da ótica de seus moradores.

O apoio recebido da Escola Salesiana, coordenada pela única Igreja Católica

que funciona no local, foi fundamental para a garantia do espaço físico que, se localiza no “coração” da favela. A articulação com as rádios comunitárias, que fizeram diferentes propagandas, para fins de sensibilizar tanto os profissionais do campo da educação, professores de dentro e de fora da favela como, também para divulgar entre os interessados em se candidatar a uma vaga no curso pré-vestibular, foram fundamentais para o fortalecimento da ação e consolidação da experiência.

Em paralelo a está movimentação foram afixados vários cartazes em pontos estratégicos da comunidade (Região Administrativa, Associação de Moradores, Fundação Leão XIII, Escola de Samba e outros espaços de uso coletivo), foram estendidas faixas nas entradas principais, além de, em dias e horários estratégicos, foram feitas panfletagens em diferentes lugares. Ainda com a expectativa de fazer uma ampla divulgação, alguns membros foram escalados para dar plantões no local em que funcionaria o curso, a fim de prestar maiores esclarecimentos sobre o trabalho.

A partir da divulgação nas rádios comunitárias, o grupo foi procurado por um jornalista do Jornal *O Dia* que, naquele mesmo período escrevia uma matéria sobre organizações comunitárias. Esta reportagem cobria e dava destaques às ações comunitárias realizadas na favela da Rocinha. Porém, o jornalista responsável pela redação cedeu um pequeno espaço para o PVNC do Jacarezinho que, em poucas linhas falou da sua experiência e da importância deste trabalho para a localidade, aproveitando a oportunidade para solicitar professores de diferentes áreas para compor o quadro de docentes.

A reportagem teve um efeito imediato: o telefone da Rádio Comunitária não parava de tocar. Apareceram inúmeros professores de diferentes níveis e áreas, chegando inclusive a completar o quadro de professores das disciplinas faltantes. Então, em fevereiro de 2000 foi realizada a primeira etapa de inscrição e de seleção de alunos, da qual participaram cerca de 150 e 200 pessoas entre jovens e adultos moradores da comunidade e do entorno.

No curso desta ação, junto com a assessoria da coordenação geral do PVNC, o grupo montou o primeiro quadro de professores e uma estrutura de coordenação,

tesouraria e secretaria, compostas, principalmente por lideranças da comunidade, participantes do Fórum de Desenvolvimento Econômico Local. Vale dizer que, todo este processo foi conduzido pelos próprios moradores da favela e orientado pela Coordenação Geral do PVNC.

Ao final da primeira etapa da organização da estrutura de funcionamento do núcleo Jacarezinho, havia aproximadamente 130 alunos selecionados. Porém, parte destes moradores, apesar de atenderem aos critérios de elegibilidade que, consistiam basicamente em ter o ensino médio completo ou estar em fase de conclusão, possuir renda familiar máxima de até quatro salários mínimos e ser preferencialmente negro, teria que aguardar em numa imensa lista de espera.

Nesta primeira etapa havia mais do que o dobro de alunos para ocupar as 60 vagas existentes. Frente ao problema houve uma nova conversa entre os membros do grupo que conduzia o trabalho com o pré-vestibular, a fim de buscar uma alternativa imediata para o problema, voltou-se a procurar o padre responsável pela Igreja Católica que cedia o espaço. Este se mostrou sensível a situação e, não só emprestou mais uma sala, como abriu espaço para que fossem convidados professores da própria Escola Salesiana para participar do projeto.

Comovidos também pela situação muitos professores que já haviam se comprometido em dar apenas duas horas de aulas quinzenalmente, colocaram-se à disposição para dobrar a carga horária, para fins de viabilizar a organização de uma segunda turma. Finalmente, em março 2000 tiveram início duas turmas no núcleo PVNC do Jacarezinho contemplando todos os alunos selecionados que aguardavam por uma vaga na lista de espera.

Logo no início das aulas o cotidiano do pré-vestibular foi marcado por problemas, tais como: os professores eram freqüentemente abordados, de forma pouco educada, por policiais em incursões na comunidade; outra dificuldade foi o caso de três professores que apresentaram comportamentos e discursos que feriam um dos princípios básicos do pré-vestibular que era o de combate à intolerância e a qualquer forma de discriminação. Estes acabaram por receber duras críticas por parte dos alunos e da coordenação que sem alternativa solicitou o afastamento dos

mesmos.

Já os problemas ocasionados pelas formas desagradáveis da abordagem policial, da qual foram vítimas alguns professores e alunos no percurso de chegada ou saída do local de funcionamento do pré-vestibular, a coordenação optou por adotar como alternativa, a confecção de uma carteira que os identificavam como professor do curso.

Outro problema também importante se relacionava à insegurança sentida pelos professores ao transitar a noite pela comunidade. A maior parte daqueles que compunham o quadro de professores justificavam o medo ao fato de “não dominar alguns códigos locais de trânsito na comunidade”. Logo, por iniciativa dos próprios alunos montaram um escala para conduzir, ou melhor, cruzar a “fronteira” entre a comunidade e o asfalto, linha bastante dividida e demarcada pela forte presença policial, principalmente nos horários noturnos.

Apesar das medidas supramencionadas, registramos ainda alguns relatos de que, nas interpelações policiais mesmo depois de ter se identificado e apresentado como professor do pré-comunitário, antes de serem liberados era comum ouvir coisas como: “saiu da favela são todos iguais”, ou seja, são todos traficantes, bandidos e potenciais marginais. Esses problemas constituíam na opinião tanto dos professores quanto dos alunos como um dos maiores entraves vivenciados ao longo da experiência do PVNC Jacarezinho. A seguir reproduzimos um desses relatos:

Ao sair da comunidade após uma das minhas aulas, fui abordada por um grupo de policiais fardados. Identifiquei-me como professora do pré-vestibular comunitário, porém, fui repreendida e obtive uma resposta pouco educada, pedindo para que eu entrasse em uma fila onde estariam sendo revistadas todas as pessoas que naquele momento saíam da comunidade. Notei que os policiais estavam com as identificações pessoais cobertas por seus coletes. Então, interpelei um dos policiais sobre o fato e este me comunicou que havia naquela localidade pessoas suspeitas de terem comprado produtos alimentícios interceptados. Quanto à identificação ele falou de maneira bem incisiva que ali se tratava de uma área de risco, logo, não era seguro e nem obrigatório identificar-se. Em seguida, permaneci na fila e após alguns minutos, revistaram a minha bolsa, um dos policiais exclamou de modo surpreso “mas isso são livros!” E, respondi que “Sim, como já havia informado, sou professora no pré-vestibular comunitário do Jacarezinho”. Então me responderam rapidamente “está liberada e esquece o que viu” (M. é professora do PVNC Jacarezinho e Manguinhos 18/12/03).

Este tipo de situação se repete também com moradores que já entraram na

universidade e precisam atravessar a “fronteira” imaginária entre a favela e o asfalto, sobretudo, em horários noturnos, conforme veremos no depoimento a seguir:

Estava vindo da faculdade, aí vi vários policiais, um deles me parou assim: “você está vindo de onde”? Em seguida falou “bota a sua mochila aí em cima que eu vou olhar”, essa coisa toda, e perguntou “você trabalha”? Respondi “não eu não trabalho”. “Você está vindo de onde? Respondi “estou vindo da faculdade”, ele pegou deu uma revirada na minha mochila, bagunçou, jogou as coisas no chão e ficou falando, “não sei por que favelado tem que estudar, favelados vão ser todos bandido mesmo”. Fiquei profundamente triste, pois, o policial militar dentro da comunidade representa o Estado, ele está levando a bandeira e o brasão do Estado na sua farda, então, ele representa o Estado. Ele é a cara do governo na comunidade. Se ele trata desta forma os moradores da comunidade, é o Estado brasileiro que trata dessa forma os favelados (S., aluno de biblioteconomia da UNIRIO, 14/12/03).

Os casos acima evidenciam que o tratamento diferenciado dado pelo Estado aos moradores de favela vem, muitas vezes, disfarçado pela justificativa de levar segurança, através da força policial. Porém, a forma “truculenta” em que, na maioria das vezes eles se dirigem aos moradores desse espaço, tem culminado na violação sistemática dos direitos civis e humanos dos moradores de favela, dentre vários outros além dos citados, o de ir e vir.

Nos casos apresentados, a postura da polícia e de outros diferentes aparelhos de hegemonia do Estado passa a simbolizar e representar, no imaginário desses moradores, uma ameaça. Logo, a violência policial praticada pelos agentes públicos que têm a obrigação de garantir a segurança, passa a preocupar cada vez mais os cidadãos.

Zaluar (2004), explica que não se pode deixar de levar em consideração o que pensam as pessoas afetadas por violência e violações. Para a autora, não se pode supor um consenso inexistente ou forçado e nem deixar de ouvir as vozes, mesmo que as pálidas e receosas, dos que não se calam e contestam o discurso dominante do falso consenso, reforça que elas cabem a última palavra sobre o que acontece onde, como, por quem e por quê.

No depoimento abaixo, apresentamos um trecho da carta de um ex-aluno do PVNC, residente na Favela do Jacarezinho. Este saiu cedo para desenvolver suas atividades laborais e na metade do dia, ao ser comunicado pela sua tia que, também teve a sua casa violada, retornou rapidamente para residência, pois, a sua casa havia

sido invadida por policiais, vejamos:

(...) Este que escreve estas linhas, que estuda e trabalha também teve a sua residência invadida e desrespeitada, com pertences desaparecidos que jamais retornarão. Além do prejuízo material, existe também a indignação de ter seu espaço invadido por pessoas que deveriam proteger e assegurar a cidadania. E, ao chegar a casa e se deparar com um cenário de horror e de bagunça e não ter voz para recorrer a nenhum órgão. Ou seja, não temos voz e se pronunciarmos alguma palavra, com certeza, seremos retaliados pelos mesmos policiais. Agora respondam, é possível crer numa sociedade justa? É possível acreditar em honestidade e respeito? É válido lutar todos os dias para ter uma vida digna e no fim ser “molestado” desta forma? Dizem por aí que a favela é um local sem lei, a polícia também tem a sua parte na desordem.⁹ (Poeta, 2007, ex-aluno do PVNC, estudante de Jornalismo e morador da comunidade do Jacarezinho).

O caso apresentado nos deixa uma questão, quais dos personagens poderiam ser enquadrados no conceito estrito, cunhado no mundo acadêmico da categoria marginal? Se perguntarmos para o dicionário Aurélio a quem não “ousamos” questionar a resposta pode ser encontrado de forma imediata - marginal “diz-se de pessoa que vive à margem da sociedade ou da lei como vagabundo, mendigo ou delinqüente; fora-da-lei.”

Porém, se quisermos ir por eliminação e perguntamos novamente ao dicionário Aurélio, como ele definiria um dos personagens, ou seja, a polícia que, para ele representa um conjunto de leis ou regras impostas ao cidadão com o fito de assegurar a moral, a ordem e a segurança pública. Ao considerar os casos apresentados e, especial o citado acima, friamente somos incapazes de definir ou apreender o real sem darmos conta das externalidades colocadas pelo contexto, digo, o lugar de onde parte a fala dos sujeitos.

Nos exemplos acima, a violência física e simbólica aplicada aos moradores de favela nos casos citados não deve ser entendida como um problema que diz respeito exclusivamente às pessoas que sobrevivem nas favelas. Ele diz respeito a toda a sociedade que, em algum momento, pode vivenciar experiências similares.

Sabemos que qualquer pessoa pode ser tratada como uma não-pessoa, como

⁹ Trecho retirado do documento intitulado “**Carta ao Nada**”, encaminhado a Revista on line: texto e território, em 09/11/2007, por **André Poeta, ex-aluno do PVNC**, estudante de Jornalismo e morador da comunidade do Jacarezinho.

um não-cidadão portador de direitos, por agentes do Estado que têm a obrigação constitucional de garantir a segurança pública. Mas, na favela esta violação faz parte do cotidiano de pessoas comuns.

A polícia pode invadir a nossa casa na hora que quiser. Pode alegar o que quiser e inventar o que quiser que esteja dentro da sua casa e geralmente nós somos mais vítimas ainda por que eles fazem isso justamente com as pessoas que nada tem a ver com o tráfico. As pessoas são... ficam oprimidas e intimidadas a deixarem eles fazerem o que eles quiserem com a gente. Então aqui na verdade a gente sofre muito mais repressão, muito mais violência do que as pessoas lá fora. (A, 2007, ex-aluno do PVNC, estudante de biologia e moradora da comunidade do Jacarezinho)

Para MV Bill (2003), membro da Central Única das Favelas, a polícia sempre entrou na Cidade de Deus sem precisar de mandato e nem autorização. Ela simplesmente entra e bate na porta. Se o morador não quiser abrir, ela quebra a porta e invade. E não adianta ir para a televisão denunciar que a polícia cometeu uma arbitrariedade dentro da comunidade, como se isso fosse resolver o problema. Primeiro porque não temos programa de proteção a testemunhas. Dependendo de quem for à testemunha se ela for da comunidade essa proteção não existe¹⁰.

A concentração da violência policial sobre as populações pobres e sobre os seus locais de moradia destaca Ferraz (2004), não é um ato isolado de significados. Segundo a autora, desde que as favelas surgiram, o Estado incumbiu aos agentes da lei - os policiais - a tarefa de reprimir as populações, seja derrubando os barracos, nas remoções, seja, na busca de criminosos, e mais tarde, já na década de 80, na caça aos traficantes e às drogas. Portanto, a função da polícia para essa parcela pobre e habitante “ilegal” da cidade, não é de garantidora dos direitos da população, mas de repressora em nome do Estado.

Na análise de Zaluar (2004), as formas de intervenção do Estado são bastante preocupantes, pois a maneira repressiva que ele utiliza para combater a violência acaba por gerar e ampliá-la ainda mais. Para a autora, o Estado deveria combater a violência através da formulação e da proposição de políticas públicas preventivas, sobretudo aquelas preocupadas em ampliar efetivamente o conceito de cidadania,

¹⁰ Palestra proferida pelo no seminário “Os futuros possíveis das favelas e da cidade do Rio de Janeiro”, realizado em outubro de 2003 pelo Observatório de favelas do Rio de Janeiro em parceria com o Centro de Estudos sobre Segurança e Cidadania – CESEC.

dando uma atenção maior às necessidades básicas da população pobre que é a quem mais sofre com a ação dos criminosos com e sem fardas.

As práticas cotidianas, experimentadas pelos moradores da favela citados acima por um lado nos ajudaram a situar o lugar de onde falam os sujeitos sob nossa observação e, por outro atribuiu símbolos e significados aos eventos e as adversidades dos quais as falas dos moradores se referenciam, já que a vida privada e as posturas públicas destas pessoas, em outros diferentes campos da vida social, não podem ser observadas separadamente da forma e do meio em que vivem, pois, uma ajuda a explicar a outra.

O contexto histórico apresentado elucidou as estratégias instituídas por um grupo de pessoas oriundas do meio popular que, já no ensino fundamental e médio foram impedidos de acessar plenamente o direito à educação. E, ao mesmo tempo denuncia a forma diferenciada como que o Estado vem tratando os moradores de espaços favelizados, ou seja, a estratégia utilizada por ele para combater o tráfico de drogas e a violência, atinge negativamente as famílias e viola o direito, dos cidadãos.

Em contato com a experiência da favela do Jacarezinho observamos também que, após serem envolvidos pela ação do PVNC, os moradores em tela começaram a interferir mais amplamente como sujeitos de ocorrências. Em outras palavras, deixam de ser apenas objeto da história, e passam assumir o papel de sujeitos que se posicionam frente às subjetividades, de maneira inteligente, com movimentos interferidores nas objetividades, com as quais passam a se relacionar dialeticamente. Vejamos:

Carta à equipe da novela Vidas Opostas¹¹ - Sou estudante de jornalismo e serviço social e moradora da favela do Jacarezinho, no Rio de Janeiro. Gostaria, em primeiro lugar, de parabenizar a equipe da emissora por tentar mostrar na televisão, e em horário nobre, a realidade de parte da população pobre do Brasil, assim como as gritantes diferenças existentes entre pobres e ricos do país. Confesso que fiquei

¹¹ Vidas Opostas é uma telenovela brasileira que foi produzida pela Rede Record e exibida entre 21 de novembro de 2006 e 14 de agosto de 2007, com um total de 240 capítulos. Escrita por Marcílio Moraes, com a colaboração de Luiz Carlos Maciel, Antônio Carlos de Fontoura, Joaquim Assis, Paula Richard e Melissa Cabral, foi dirigida por Alexandre Avancini, durante a primeira fase, e Edgard Miranda[carece de fontes?]. Descrita como "uma inusitada mistura de Cidade de Deus com Cinderela", a trama retratou, entre outros temas, o amor dentre dois jovens de diferentes classes sociais, a corrupção policial e o tráfico de droga

surpresa quando fiquei sabendo que uma emissora estava disposta a mostrar, em formato de telenovela, as diferenças sociais, econômicas e culturais brasileiras. Foi o interesse por essas contradições e o desejo de mudança que me fez começar a assistir a novela. Acredito que a equipe de produção tenha feito uma pesquisa significativa para conseguir expor o dia a dia de uma favela. Mas devo admitir que o motivo que me fez escrever não foi apenas este. Muito pelo contrário. Como moradora de uma das maiores favelas do Brasil, senti a obrigação de demonstrar a minha decepção com a novela e a expectativa frustrada por não estar vendo as verdadeiras causas dos maiores problemas sociais relatados na televisão de forma real. (...). A novela seria mais útil e cumpriria seu papel social se explorasse mais as diferenças sociais e econômicas entre pobres e ricos do país. Dessa forma a verdadeira Vida Opostas estaria sendo mostrada. Gostaria de lembrar aos senhores que nas favelas, subúrbios e periferias não moram somente bandidos e mocinhas apaixonadas. Moram também pessoas que estudam, trabalham e que continuam exercendo suas funções mesmo quando têm um amigo morto por bala perdida, não conseguem ser atendidas nos postos de saúde, as escolas públicas estão em greve ou estão encantadas por meninos bonzinhos e ricos (bem diferente da personagem Joana, que a vários capítulos não escala uma montanha da cidade maravilhosa). Quero acrescentar que tal crítica não é minha somente, mas de dezenas de pessoas que, assim como eu, criaram expectativa com relação à novela e estão sendo decepcionadas mais uma vez. Essas pessoas correm o risco de ser tentadas a voltar suas atenções para a “grande emissora” que estão que estão habituados a assistir. Emissora essa que estreou uma minissérie onde se propõe a expor parte da história do Brasil e brevemente iniciará mais um reality show. Espero que a partir deste momento os senhores entendam que a população pobre do Brasil deseja sim aparecer em horário nobre na televisão brasileira. Mas o que desejamos é ver a nossa verdadeira cara, as nossas dificuldades e as causas dessas dificuldades. E que apesar de todos os problemas continuamos nos apaixonando, trabalhando, estudando e evoluindo nossa capacidade de criticar as formas romaneadas, racistas e preconceituosas com que a elite brasileira faz questão de continuar nos vendo¹². (Sara / Estudante de Comunicação Social / FACHA e de Serviço Social na UFRJ).

A carta da moradora a um importante canal de comunicação vem propondo uma ruptura com os paradigmas e os estereótipos da favela como produtora apenas de violência, do tráfico de drogas ou de manifestações culturais específicas. Ela questiona a identidade atribuída à favela através da novela exibida em horário nobre, não se detendo exclusivamente ao ponto de partida utilizado pelos autores que é o estigma, o lugar da ‘anormalidade’, da anomia, da carência e por consequência da criminalidade.

A estudante chama atenção para a estratégia de um importante veículo midiático que é a telenovela que, ainda quando se propõe a reproduzir em horário

¹² Carta encaminhada ao Blog do Núcleo Piratininga de Comunicação - NPC em 03.01.2007 – publicada no Boletim do NPC Nº 100 De 1a 15/2/2007. Para jornalistas, dirigentes, militantes e assessores sindicais e dos Movimentos Sociais O NPC é constituído por um grupo de comunicadores, jornalistas, professores universitários, artistas gráficos, ilustradores e fotógrafos que trabalham com o objetivo de melhorar a comunicação, tanto de movimentos comunitários ou populares, quanto de sindicatos e outros coletivos.

nobre a realidade dos moradores de favela, permanece categorizando e utilizando símbolos que desprestigiam o morador de favela favorecendo uma visão particularizada. Na trama da novela em foco o favelizados de maneira geral continua sendo ‘marginal’ e os que não confirmam a regra são meras exceções.

Quando os moradores de favela são apresentados por determinados setores da mídia a partir de atributos depreciativos, a tendência é que haja um reforço do estigma territorial que remonta um conjunto de estereótipos que já fazia parte da história das favelas devido às suas origens: escravos e migrantes pobres, de várias regiões do país que, com a agregação destes elementos tiveram sua identidade manipulada e, conseqüentemente, seu processo de sociabilidade dificultado.

Nosso estudo se inseriu neste cenário buscando construir, a partir da experiência do grupo de moradores envolvidos na ação do PVNC, um foco de observação, ao mesmo tempo em que se propõe a produzir subsídios para a compreensão de um lado da realidade da favela, valorizando os aspectos positivos e as estratégias utilizadas pelos moradores para conseguir ultrapassar o estreito “gargalo” que promove a seleção de pessoas que poderão ou não acessar os status de prestígio. Por outro problematizando os lugares de subalternidades determinados para os pobres, a mídia e a universidade como o caminho exclusivo para o acesso as hierarquia social elevada e, conseqüente, melhores oportunidades de trabalho e caminho para atingir uma cidadania plena. Esta tese traz um conjunto de preocupações e a principal delas é: como se dará à inserção dos “doutores da favela”, ou seja, dos grupos favelizados que obtêm diplomas universitários ou mesmo de pós-graduação?

Considerando que criar novas concepções não significa fazer descobertas individuais e sim socializá-las, transformando-as, portanto, em base de ações vitais. A seguir apresentaremos um percurso metodológico que percorremos para tentar encontrar algumas respostas apresentadas ao longo desta tese.